

EDUCAÇÃO RIBEIRINHA NO CONTEXTO AMAZÔNICO: CONDIÇÕES MATERIAIS E SUAS CONTRADIÇÕES À LUZ DO MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO

RIVERSIDE EDUCATION IN THE AMAZONIAN CONTEXT: MATERIAL CONDITIONS AND THEIR CONTRADICTIONS IN THE LIGHT OF HISTORICAL-DIALECTICAL MATERIALISM

EDUCACIÓN RIBEREÑA EN EL CONTEXTO AMAZÓNICO: CONDICIONES MATERIALES Y SUS CONTRADICCIONES A LA LUZ DEL MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉCTICO

Claudilane Lobato Rodrigues¹
Raimundo Sérgio de Farias Júnior²

RESUMO: A educação ribeirinha constitui um importante objeto de investigação para a compreensão das múltiplas determinações que permeiam a realidade das populações que vivem às margens dos rios, especialmente, da Amazônia. Nesse contexto, objetiva-se analisar as condições materiais e suas contradições na educação ribeirinha à luz do materialismo histórico-dialético. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, na qual dialoga-se com Andery e Sérgio (1996), Arroyo (2010), Marx (1977; 2013), Mészáros (2005; 2002), Saviani (2010) entre outros, cujas ideias são importantes para se pensar dialeticamente a educação no contexto ribeirinho amazônico. Diante disso, evidenciaram-se contradições relacionadas à infraestrutura das escolas, ao acesso à saúde, ao saneamento básico, à internet, ao transporte escolar e às políticas públicas destinadas, revelando as desigualdades que marcam esses territórios e influenciam diretamente os processos educativos. A análise demonstrou que a educação ribeirinha se desenvolve em meio a tensões entre o reconhecimento formal de direitos e as limitações concretas para sua efetivação. Portanto, ao mesmo tempo em que a educação é concebida como um instrumento de inclusão social e desenvolvimento humano para essas comunidades, persistem condições materiais e contradições, inerentes à lógica do capital, que dificultam o acesso, a permanência e a qualidade da escolarização.

Palavras-chave: Educação Ribeirinha. Materialismo Histórico-Dialético. Condições Materiais. Contradições.

¹Mestranda em Educação, Bolsista CAPES Universidade do Estado do Pará (UEPA).

²Doutor em Educação, Docente dos Programas de Pós-Graduação em Ciências da Religião e Educação (PPGCR/PPGED), Universidade do Estado do Pará (UEPA).

ABSTRACT: Riverside education constitutes an important object of investigation for understanding the multiple determinations that shape the reality of populations living along rivers, especially in the Amazon. In this context, this study aims to analyze the material conditions and their contradictions in riverside education from the perspective of historical-dialectical materialism. This is a qualitative bibliographic study that draws on the works of Andery and Sérgio (1996), Arroyo (2010), Marx (1977; 2013), Mészáros (2002; 2005), Saviani (2010), among others, whose contributions are essential for a dialectical understanding of education in the Amazonian riverside context. The findings reveal contradictions related to school infrastructure, access to healthcare, basic sanitation, internet connectivity, school transportation, and public policies, exposing the inequalities that characterize these territories and directly affect educational processes. The analysis demonstrates that riverside education develops amid tensions between the formal recognition of rights and the concrete limitations to their implementation. Therefore, while education is conceived as an instrument of social inclusion and human development for these communities, material conditions and contradictions inherent in the logic of capital continue to hinder access to education, students' retention, and the quality of schooling.

Keywords: Riverside Education. Historical-Dialectical Materialism. Material Conditions. Contradictions.

RESUMEN: La educación ribereña constituye un importante objeto de investigación para comprender las múltiples determinaciones que atraviesan la realidad de las poblaciones que viven a orillas de los ríos, especialmente en la Amazonía. En este contexto, el presente estudio tiene como objetivo analizar las condiciones materiales y sus contradicciones en la educación ribereña a la luz del materialismo histórico-dialéctico. Se trata de una investigación bibliográfica, de enfoque cualitativo, que dialoga con las aportaciones de Andery y Sérgio (1996), Arroyo (2010), Marx (1977; 2013), Mészáros (2002; 2005), Saviani (2010), entre otros, cuyas contribuciones son fundamentales para pensar dialécticamente la educación en el contexto ribereño amazónico. Los resultados evidencian contradicciones relacionadas con la infraestructura escolar, el acceso a la salud, el saneamiento básico, el acceso a Internet, el transporte escolar y las políticas públicas destinadas a estas comunidades, revelando las desigualdades que caracterizan estos territorios e influyen directamente en los procesos educativos. El análisis demostró que la educación ribereña se desarrolla en medio de tensiones entre el reconocimiento formal de los derechos y las limitaciones concretas para su efectivización. Por lo tanto, al mismo tiempo que la educación es concebida como un instrumento de inclusión social y desarrollo humano para estas comunidades, persisten condiciones materiales y contradicciones inherentes a la lógica del capital que dificultan el acceso, la permanencia y la calidad de la escolarización.

Palabras clave: Educación Ribereña. Materialismo histórico-dialéctico. Condiciones materiales. Contradicciones.

INTRODUÇÃO

A educação ribeirinha constitui um importante objeto de investigação para a compreensão das múltiplas determinações que permeiam a realidade das populações que vivem às margens dos rios, especialmente, da Amazônia. Sob a perspectiva do Materialismo Histórico-Dialético, compreender as especificidades dessa educação exige ultrapassar análises descritivas ou restritas às especificidades geográficas e culturais dessas comunidades, situando-a na totalidade das relações sociais que estruturam a sociedade capitalista.

O presente trabalho foi desenvolvido com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Brasil – e tem como objetivo analisar as condições materiais e as contradições que permeiam a educação ribeirinha à luz do materialismo histórico-dialético. Para tanto, fundamenta-se nas contribuições teóricas de Andery e Sérgio (1996), Arroyo (2010), Marx (1977; 2013), Mészáros (2005; 2002), Saviani (2010), entre outros autores, cujas reflexões possibilitam compreender, em uma perspectiva dialética, os processos socioeducativos desenvolvidos no contexto ribeirinho amazônico.

Nessa perspectiva, o estudo é justificado pela necessidade de ampliar as discussões acerca da educação ribeirinha na Amazônia, considerando as especificidades históricas, sociais e culturais que atravessam a vida dessas comunidades. Nesse contexto, torna-se relevante analisá-las a partir do materialismo histórico-dialético, uma vez que essa ótica possibilita compreender a educação para além de uma perspectiva isolada ou meramente pedagógica. Ademais, academicamente, pretende-se colaborar com o fortalecimento de debates sobre uma educação que considere os territórios amazônicos não como espaços periféricos, mas como realidades complexas, históricas e produtoras de conhecimentos.

Além da relevância científica da temática, este estudo também é motivado pela trajetória da primeira autora, pesquisadora pertencente a uma comunidade ribeirinha da Amazônia paraense. Ao passo que, também conforme Farias Júnior (2014, p. 33), é impossível fazer ciência de forma neutra, ou seja, imparcial, tendo em vista os interesses de classe. Diante disso, é possível afirmar que toda experiência de vida e de formação suscita o interesse em problematizar criticamente a educação nesse contexto.

Partindo dessa vivência, busca-se contribuir para a construção de análises que privilegiem perspectivas produzidas a partir da realidade ribeirinha, em contraposição às interpretações elaboradas exclusivamente por olhares externos. Nesse sentido, o estudo propõe deslocar o foco de uma compreensão “de fora para dentro” para reflexões construídas “de dentro para fora”. Desse modo, a pesquisa também assume relevância social ao discorrer sobre uma comunidade tradicional que, historicamente, tem sido invisibilizada ou interpretada sob perspectivas predominantemente urbanocêntricas.

Nesse artigo, destacaram-se as condições materiais do contexto ribeirinho e suas contradições, as quais se refletem diretamente no processo educativo. Parte-se do entendimento de que a educação não se desenvolve de forma dissociada das condições históricas, sociais, econômicas e políticas que constituem o território em que está inserida. Assim, discutir a

infraestrutura das escolas, as condições de trabalho docente e as possibilidades de acesso e permanência dos estudantes implica compreender as desigualdades que atravessam o contexto amazônico e influenciam a efetivação do direito à educação.

Trata-se de um estudo de natureza bibliográfica e de abordagem qualitativa, no qual pretende-se construir uma descrição qualitativa do objeto investigado, procurando entender além da aparência, mas se aproximar da essência do fenômeno, observando a totalidade, seu movimento e suas contradições e, assim, afastar-se da pseudoconcreticidade e aproximar-se do concreto pensado (KOSIK, 1976).

Portanto, além desta introdução, o artigo está organizado em quatro seções. Na Metodologia, são apresentadas as bases onto-epistemológicas e metodológicas do Materialismo Histórico-Dialético. Na seção seguinte, discute-se a realidade social das comunidades ribeirinhas, evidenciando aspectos relacionados às suas condições materiais de existência e às contradições que permeiam esses territórios. Em seguida, também são analisadas as condições materiais e as contradições do cenário educacional ribeirinho, considerando as relações entre infraestrutura, acesso a direitos, políticas públicas e processos educativos. Por fim, apresentam-se as considerações finais, nas quais são retomadas as principais discussões desenvolvidas ao longo do trabalho, bem como apontadas algumas possibilidades para futuras investigações.

4

METODOLOGIA

As bases onto-epistemológicas e metodológicas do Materialismo Histórico-Dialético, formulado, inicialmente, por Karl Marx, desenvolvido em colaboração com Friedrich Engels, constituem uma perspectiva teórica que busca compreender a realidade social a partir de sua historicidade, de suas contradições internas e das relações materiais que estruturam a vida humana. Diferentemente das abordagens idealistas, que explicam a sociedade pelas ideias ou pela consciência, o materialismo histórico-dialético parte do pressuposto de que as condições materiais de existência são determinantes para a formação das instituições, das ideologias e das formas de organização social.

Marx (2013), especialmente na obra *O Capital* (1867), efetiva um esforço teórico para entender a sociedade capitalista empregando as bases do Materialismo histórico-dialético para alcançar com profundidade as leis econômicas e as relações de produção vigentes na ordem burguesa. O método em Marx, constitui uma forma de investigação e análise da realidade tendo

em vista a superação de suas contradições e o surgimento de uma forma de organização societal sem explorações e opressões.

Do ponto de vista epistemológico, essa perspectiva compreende o conhecimento como resultado da relação entre sujeito e objeto, mediada pela práxis. Segundo Frigotto, (2010, p. 81) “a práxis expressa, justamente, a unidade indissolúvel de duas dimensões distintas, diversas no processo de conhecimento: a teoria e a ação”. Desse modo, todo fenômeno deve ser compreendido em sua relação com a realidade concreta da qual emerge, pois seu significado e suas determinações não podem ser explicados de forma dissociada do contexto histórico e social em que se manifesta (ANDERY; SÉRIO, 1996).

Ainda nesse sentido, Kosik (1976), argumenta que o conhecimento científico deve superar a “pseudoconcreticidade”, ou seja, a percepção superficial da realidade, para alcançar suas determinações mais profundas. Segundo o autor, a realidade concreta não se revela de forma imediata aos sujeitos, exigindo um movimento investigativo capaz de ultrapassar as aparências e apreender a essência dos fenômenos. Tal percurso implica analisar os fenômenos em sua historicidade, em suas relações com a totalidade social e nas contradições que impulsionam seu desenvolvimento, permitindo uma compreensão mais crítica e rigorosa da realidade.

No âmbito metodológico, o método fundamenta-se na “concepção de realidade de mundo e de vida no seu conjunto” (FRIGOTTO, 2010, p. 77). Sob esse olhar, Lefebvre (2009) afirma que a análise da realidade deve considerar o todo concreto, em vez de isolar as condições que compõem determinado fenômeno. Além disso, para o autor, o emprego do método não pode ser realizado de forma mecânica, uma vez que não é possível definir previamente quais contradições estão presentes em uma dada realidade. Assim, nada substitui o contato direto com o objeto de investigação e a análise rigorosa de suas múltiplas determinações.

Para Marx, diferentemente da tradição idealista, a contradição existe primeiramente no real e somente depois é apreendida pelo pensamento. Seu objetivo consiste em identificar as contradições presentes nos fenômenos sociais, evidenciando os elementos opostos que os constituem e o movimento histórico resultante dessas tensões, o qual impulsiona processos de transformação e superação (ANDERY; SÉRIO, 1996). Nessa perspectiva, a realidade social é compreendida como um processo dinâmico e historicamente determinado, marcado por conflitos e mudanças contínuas.

Enfim, o presente estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, cujos autores como Andery e Sérgio (1996), Arroyo (2010), Marx (1977; 2013), Mészáros (2005; 2002), Saviani (2010) são essenciais para a inferência de que a educação ribeirinha não pode ser compreendida de forma isolada das condições materiais que a constituem. Sua análise exige considerar as relações entre as formas de vida das comunidades, a infraestrutura escolar e o acesso aos recursos educacionais, entendendo esses elementos como parte de uma totalidade social contraditória. Logo, torna-se possível entender as múltiplas determinações que atravessam a realidade educacional ribeirinha, bem como as contradições que condicionam seu desenvolvimento histórico.

CONTEXTO SOCIAL RIBEIRINHO: CONDIÇÕES MATERIAIS E SUAS CONTRADIÇÕES

[...] a precariedade das condições de vida a que estão submetidos os segmentos populares, encaminha suas reivindicações prioritariamente para questões como: emprego, salário, alimentação, saúde, moradia; para depois chegar à escola. Primeiramente como um direito individual que pode vir a tornar-se um mecanismo de ascensão social, para só mais tarde, num momento de superação dessa visão individualista, poder formular reivindicações que contemplem a necessidade de criação de uma escola popular, de qualidade que seja não mais um instrumento de escape individual, mas sim um instrumento coletivo de superação das condições objetivas e subjetivas sob as quais vivem (LADEIA, 1995, p. 32-33).

6

Nas sendas de Ladeia (1995) entende-se a importância das condições materiais de existência que podem fomentar a construção de instrumentos coletivos de superação das condições que precarizam a existência das pessoas.

Sob a perspectiva de Andery e Sérgio (1996), as condições materiais são a base de toda sociedade, da sua formação, das suas instituições, das suas regras de funcionamento, das suas ideias, e dos seus valores. Segundo as autoras, Marx entende que as condições materiais de existência correspondem a tudo aquilo que garante a sobrevivência e a vida concreta dos seres humanos em sociedade. Isso envolve o trabalho realizado pelas pessoas, o qual é uma categoria central em suas obras, os meios de produção utilizados e a maneira como os bens são produzidos e distribuídos, além das relações econômicas estabelecidas entre os indivíduos.

Dessa maneira, pode-se dizer que também fazem parte dessas condições as necessidades básicas da vida, como alimentação, moradia, vestuário e outros recursos essenciais. E essas questões importam, pois,

[...] o primeiro pressuposto de toda história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder fazer história. Mas para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se, e algumas coisas mais (MARX; ENGELS, 1993, p. 39).

Nessa linha de reflexão é oportuno destacar que essas condições se relacionam dialeticamente com a forma como se entende e se interpreta o mundo a nossa volta, mas sempre considerando que “[...] Não é a consciência dos homens que determina seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social que determina a sua consciência” (MARX, 1977, p. 23). Assim sendo, na perspectiva de Marx, a maneira como vivemos, trabalhamos e socializamos mantém uma relação dialética com a forma como pensamos e agimos na sociedade.

No contexto ribeirinho amazônico, as condições materiais podem ser compreendidas a partir da relação direta que as comunidades estabelecem com os rios, a floresta e o trabalho coletivo. O rio, por exemplo, não é apenas um elemento da paisagem, mas parte fundamental das condições materiais da vida ribeirinha, pois está sempre no cotidiano, sendo fonte de vida e bem-estar (POJO; ELIAS; VILHENA, 2014, p. 192). Dessa forma, é possível entender que a dinâmica das águas organiza os modos de produção, o trabalho, o deslocamento, a alimentação e as relações sociais dessas comunidades, influenciando diretamente seus modos de vida e a constituição de seus saberes.

Na visão de Lira e Chaves (2016, p. 72), o sujeito amazônico constitui-se a partir dos processos históricos de interação entre diversos povos e etnias e dessa dinâmica resultou um patrimônio cultural que se manifesta de múltiplas formas no cotidiano, como nas relações de trabalho, nas práticas educativas, na religiosidade, nas narrativas míticas, bem como nos hábitos alimentares e na organização familiar. Nesse cenário, a população ribeirinha é caracterizada por viver às margens dos rios e por seu modo de vida em contato com a natureza e sua atividade econômica depende, principalmente, de atividades como a pesca, a agricultura familiar, o extrativismo, a caça, o cultivo do açaí, a produção do carvão e a feitura da farinha (POJO; ELIAS; VILHENA, 2014, p. 178).

As comunidades ribeirinhas não possuem muitos privilégios sociais, sua maioria é formada por agricultores e pescadores, que sobrevivem majoritariamente daquilo que provém da natureza, tendo que conviver com as incertezas do ambiente como a variação do nível das águas, o clima, etc. (CLAUZET, 2024). Nessa lógica, emerge uma contradição significativa relacionada às suas condições de trabalho e modo de vida. Enquanto os discursos desenvolvimentistas frequentemente exaltam o crescimento econômico e o suposto progresso promovido pela expansão do agronegócio na região, grande parte dessas comunidades continua enfrentando precariedades em seu território.

[...] Nesse campo, as contradições são latentes. Por um lado, a partir das projeções do setor que comanda o agronegócio em 2019, o cenário é animador e se pode chegar ao

patamar da segunda melhor produção de grãos, segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Por outro lado, na perspectiva daqueles que habitam a região, isso significa desmatamento, destruição da fauna e da flora e avanço sobre as terras dos povos que vivem no campo e na floresta, causando todo tipo de violência para com esses povos (SANTOS, 2023, p. 1947)

O autor supracitado corrobora com a problematização ao passo que comprova e, simultaneamente, demonstra a devida contradição que afeta diretamente não só o trabalho, mas a qualidade de vida dos ribeirinhos. Em relação a isso, é possível mencionar que a precariedade do saneamento básico também constitui uma expressão das desigualdades vivenciadas pelas comunidades ribeirinhas. Em muitas, o acesso à água potável e ao manejo adequado de resíduos sólidos ainda é limitado (BATISTA; NEU, 2024). A partir desse exemplo, evidencia-se uma contradição marcante: embora essas comunidades estejam cercadas por abundantes recursos naturais, frequentemente enfrentam condições inadequadas de acesso a serviços básicos essenciais à saúde.

Em suma, além dos impactos ambientais, essa ausência de saneamento adequado contribui para a proliferação de doenças de veiculação hídrica, afetando especialmente crianças e idosos (AZEVEDO, et al., 2024). Dessa forma, tal precariedade não deve ser compreendida apenas como um problema de infraestrutura, mas como uma expressão das dificuldades das condições materiais de existência dessas comunidades, das desigualdades historicamente produzidas na distribuição dos investimentos e das políticas públicas, inerentes à lógica do sistema do capital apontado por Mészáros (2002).

No campo da saúde, observa-se que embora o acesso seja reconhecido como um direito fundamental garantido constitucionalmente, muitas comunidades ainda enfrentam dificuldades para usufruir desse direito de forma plena. A distância dos centros urbanos, a escassez de unidades de atendimento, a insuficiência de profissionais de saúde e as dificuldades de deslocamento pelos rios constituem obstáculos frequentes ao atendimento da população (NOGUEIRA, et al., 2026). Destarte, enquanto os avanços científicos e tecnológicos ampliam as possibilidades de prevenção e tratamento de doenças, parcela significativa dos ribeirinhos continua encontrando barreiras para acessar serviços básicos.

Segundo Ferreira e Lopes (2025), é comum que na zona ribeirinha haja limitações no acesso à internet, equipamentos digitais e energia elétrica. Em uma sociedade cada vez mais conectada, na qual o acesso à informação, à educação, aos serviços públicos e às oportunidades de trabalho dependem, em grande medida, dos meios digitais, muitas comunidades ribeirinhas ainda convivem com conexões instáveis, de baixa qualidade ou até mesmo com a ausência total

de acesso à internet. Essa realidade evidencia uma contradição: ao mesmo tempo em que as tecnologias digitais são apresentadas como instrumentos de democratização do conhecimento e inclusão social, parte da população ainda fica à margem desses processos.

Na educação não é diferente, uma vez que muitas escolas dessas localidades enfrentam dificuldades relacionadas à infraestrutura, ao acesso a recursos pedagógicos e à implementação de políticas educacionais que considerem as especificidades culturais, sociais e ambientais desses sujeitos. No entanto, a concretização da educação voltada às especificidades das comunidades ribeirinhas constitui um elemento fundamental para favorecer tanto o desenvolvimento sustentável quanto a inclusão social dessas comunidades (LIMA, 2024). Portanto, ao reconhecer as contradições presentes nesses territórios, a escola pode se constituir como um espaço de reflexão e de construção de conhecimentos que dialoguem com as demandas e desafios vivenciados pelas comunidades.

Diante desse cenário, é importante destacar que, em razão da diversidade sociocultural, ambiental e territorial que caracteriza a Amazônia, as discussões aqui apresentadas não têm a pretensão de homogeneizar a realidade das populações ribeirinhas. Ao contrário, busca-se delinear um panorama geral das condições materiais que podem ser observadas em distintos contextos amazônicos.

Assim, conforme aponta Clauzet (2024, p. 151), as condições de vulnerabilidade das comunidades ribeirinhas podem variar de acordo com sua proximidade em relação aos centros urbanos. Enquanto as comunidades situadas em áreas mais próximas às cidades enfrentam, com maior frequência, problemas relacionados à precariedade da infraestrutura e à insuficiência de serviços públicos, aquelas localizadas em regiões mais isoladas tendem a estar mais expostas a conflitos territoriais e à exploração ilegal dos recursos naturais. Em suma, compreender a educação ribeirinha requer reconhecer que ela se constitui em uma realidade heterogênea, marcada por determinações históricas, sociais e econômicas específicas.

EDUCAÇÃO RIBEIRINHA: CONDIÇÕES MATERIAIS E SUAS CONTRADIÇÕES

O materialismo histórico-dialético é, de acordo com Aguiar e Chagas (2024, p. 222), “uma óptica sócia filosófica que perquire compreender a história, bem como a sociedade, levando em consideração suas bases materiais, econômicas e sociais”. Ainda segundo os autores, possui uma ênfase especial no papel da dialética, compreendida como movimento contraditório presente na realidade social e histórica. Nessa perspectiva, a sociedade não é entendida como algo estático

ou natural, mas como resultado das relações estabelecidas entre os sujeitos em determinadas condições materiais de existência. De tal maneira, o materialismo histórico-dialético busca analisar os fenômenos sociais a partir de suas contradições, considerando que as transformações históricas decorrem das tensões existentes entre classes, interesses e modos de produção.

No âmbito educacional, Marx compreende a educação como instrumento propulsor de elevação social ao adquirir uma conotação política, em uma perspectiva de transformação ao unir ensino e trabalho, o qual, para ele, é uma atividade fundamental da espécie humana (OLIVEIRA, 2006, p. 82). Nesse sentido, pensar a educação a partir de uma perspectiva materialista histórico-dialética é entendê-la como uma prática social vinculada às condições concretas da vida humana, às relações de produção e às contradições presentes na sociedade. Assim, a educação deixa de ser vista apenas como transmissão de conhecimentos e passa a ser compreendida como um processo capaz de desenvolver a consciência crítica dos sujeitos, o que é defendido por Freire (1992).

É com base nesse olhar sobre a educação que pretende-se analisar as condições materiais e as contradições existentes no cenário educacional ribeirinho. Para isso, torna-se necessário considerar as categorias da totalidade, da relação e, especialmente, da contradição. A categoria da totalidade, de acordo com Oliveira e Abreu (2019, p. 201), “pode se referir à realidade, a tudo o que existe, sejam os entes cuja existência independe da vontade ou da ação humana, sejam os que são engendrados pelos sujeitos nas suas relações de construção da existência sociocultural e histórica”. A partir dessa perspectiva, compreende-se que a educação ribeirinha não pode ser analisada separadamente das condições concretas de existência das comunidades.

Já a categoria da relação evidencia que os fenômenos educacionais estão articulados a múltiplas determinações sociais, econômicas, políticas e culturais, estabelecendo conexões permanentes com a realidade vivida pelos sujeitos. Por sua vez, a categoria da contradição permite apreender os conflitos e as tensões que constituem a realidade social, entendendo-os como expressão do movimento histórico. Sob essa perspectiva, os seres humanos são concebidos como sujeitos que produzem suas condições materiais de existência por meio da práxis, em uma relação dialética com as estruturas sociais que eles próprios transformam e pelas quais também são condicionados (OLIVEIRA; ABREU, 2019).

Além do mais, à luz de Mészáros (2002) compreende-se que a educação não se desenvolve de forma isolada das relações sociais, econômicas e políticas que estruturam a sociedade, mas integra o conjunto de mecanismos responsáveis pela reprodução ou pela transformação dessas

relações. Nesse parâmetro, as limitações de infraestrutura, o acesso desigual aos bens e serviços públicos, as dificuldades de mobilidade e as desigualdades socioeconômicas que caracterizam o contexto ribeirinho não constituem apenas obstáculos ao ensino. Portanto, expressam as contradições inerentes ao sistema do capital, que subordina a satisfação das necessidades humanas à lógica da acumulação.

Considerando a perspectiva onto-epistemológica desse artigo, inicialmente, entendeu-se que a principal contradição da educação ribeirinha reside na relação estabelecida entre a lógica do capital e a reprodução da vida em condições materiais precárias, o que coloca em evidência a contraposição existente entre a escola formal hegemônica e o modo de vida e trabalho ribeirinho. Ademais, é oportuno ressaltar que o ritmo do capital (responsável pela grave crise socioambiental que estamos vivenciando) segue um fluxo e ritmo diferente do modo de vida das comunidades ribeirinhas, o que muitas vezes é ignorado pelas políticas públicas educacionais que insistem na reprodução de uma racionalidade cujas ações se assentam na padronização e desconsideram o território e a cultura local.

Nesse âmbito, existe uma contradição evidente entre o currículo de escolas ribeirinhas e a sua realidade social, visto que, em sua maioria, os currículos não consideram as especificidades do cotidiano dos estudantes. As autoras Ferreira e Lopes (2025, p. 518), em suas pesquisas sobre o Documento Curricular do Estado do Pará e as presenças e ausências das especificidades da educação escolar ribeirinha, constataram que os povos ribeirinhos apareceram de maneira superficial e fragmentada, restritos a citações isoladas. Isso demonstra que seus conhecimentos, experiências e formas de viver não foram efetivamente incorporadas de modo crítico ao contexto analisado, permanecendo à margem das estruturas centrais.

Essa perspectiva também é refletida nas práticas pedagógicas dos professores da Educação Básica, visto que a maioria dos currículos das universidades não abordam temáticas sobre educação do campo, o que vai interferir nas atividades profissionais dos egressos. Para Lima (2024), é de suma importância a formação de docentes sensíveis às especificidades das comunidades ribeirinhas para que o ambiente escolar seja acolhedor e respeite a diversidade. No entanto, muitos profissionais chegam às comunidades sem práticas que contemplem especificidades socioculturais, econômicas e territoriais, o que contribui para a reprodução de um currículo urbanizado. Contudo, tal problemática não deve ser atribuída aos professores de forma isolada, mas compreendida como resultado de políticas educacionais e modelos formativos que desconsideram as realidades dos povos do campo, das águas e das florestas.

Além disso, o descaso com os profissionais não se restringe apenas aos professores e à gestão, mas, na zona ribeirinha, destacam-se também os barqueiros, profissionais essenciais que transportam os estudantes até a escola e, geralmente, atuam em condições insatisfatórias. De acordo com Santos et al. (2024), é possível citar como exemplo a Emenda Constitucional nº 95 de 2016 que limitou os investimentos na área da Educação no Brasil. Dessa maneira, a ausência de aplicações adequadas evidencia a permanência de uma lógica que invisibiliza os profissionais da zona rural, reforçando processos de exclusão educacional e dificultando a construção de práxis pedagógicas verdadeiramente contextualizadas e transformadoras.

Outra contradição evidente reside no discurso sobre a igualdade de acesso ao aprendizado, que contrasta com o descaso alarmante em relação à infraestrutura das escolas ribeirinhas (LIMA, 2024). Nesse espaço, existem problemas estruturais significativos: a maioria dessas escolas é construída em madeira e passa por poucas reformas, o que acarreta diversas consequências, como goteiras em períodos de chuva e a presença de insetos, como cupins e baratas. Desse modo, isso pode ser compreendido como expressão das contradições sociais que marcam a relação entre Estado, políticas públicas e populações historicamente marginalizadas.

Seguindo a mesma lógica, é comum ouvir o discurso oficial, presente na legislação, de que a educação é assegurada a todos os cidadãos, bem como a o aceso e a permanência na escola, o que é, evidentemente, mais uma contradição. A permanência escolar torna-se um desafio cotidiano, muitas vezes condicionado pela distância da casa à escola, pela necessidade de trabalho familiar, principalmente no período de colheita ou pesca, e pela própria invisibilização histórica desses sujeitos nas políticas públicas (FARIAS; SOUZA, 2023). Diante disso, os documentos oficiais tendem a assumir um caráter abstrato, enquanto, na prática esses sujeitos só estão tentando sobreviver inseridos em um contexto com diversas desigualdades.

Outrossim, as universidades públicas são frequentemente apresentadas como espaços democráticos e acessíveis. Santos et al. (2024, p. 13), destacam a importância de investigar sobre os sujeitos ribeirinhos no ensino superior e de romper com a perpetuação da invisibilidade nesses espaços. Contraditoriamente, grande parte das políticas de ações afirmativas não contempla as populações ribeirinhas. São poucas as instituições de ensino que possuem políticas de acesso à permanência para essas comunidades tradicionais, o que desconsidera as suas condições históricas de exclusão social, territorial e educacional. Isso corrobora o que argumenta Mészáros (2002), isto é, que as desigualdades produzidas pelo sistema do capital não se restringem ao âmbito econômico, mas alcançam todas as dimensões da vida social, inclusive a

educação, cuja organização e condições materiais refletem as prioridades estabelecidas por esse sistema.

Essas análises evidenciam que os problemas enfrentados pelas comunidades ribeirinhas não são situações pontuais ou acidentais, mas fruto de um processo histórico estrutural. Sob esse olhar, entende-se que a precarização releva a continuidade de um sistema que desconsidera as necessidades dos sujeitos ribeirinhos. Exemplo disso é que todas as contradições mencionadas não são novidade, elas vêm sendo apontadas por diversos autores com perspectivas críticas. Sobre a existência dessas discussões, afirma Arroyo (2010, p. 1383-1384):

[...] Entretanto, essas análises não conseguiram sensibilizar órgãos gestores, de planejamento, formulação de políticas e de avaliações. O foco continua fechado na exposição das desigualdades escolares e na denúncia dos fatores intraescolares como responsáveis pela sua persistência. O foco estreito continua responsabilizando os professores e até os próprios educandos. Seriam os agentes do ensinar-aprender, uns fingindo ensinar e outros aprender, os responsáveis por não termos um sistema escolar capaz de superar as desigualdades de nosso país.

Com base na reflexão de Arroyo (2010), compreende-se que a permanência das desigualdades educacionais não pode ser somente atribuída aos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, como professores e estudantes. O autor evidencia que existe uma lógica estrutural que desloca a responsabilidade das falhas do sistema educacional para os indivíduos, desconsiderando os condicionantes históricos, sociais, econômicos e políticos que sustentam tais desigualdades. Nesse sentido, percebe-se que a problemática ultrapassa o simples reconhecimento dos fatos, pois está inserida em uma totalidade social marcada por interesses que dificultam transformações efetivas. Assim, a manutenção desse modelo evidencia um sistema que, ao invés de promover mudanças profundas, tende a reproduzir as desigualdades existentes.

É no movimento de problematização da realidade e de busca por alternativas coletivas que reside o potencial emancipador da educação crítica. Nesse contexto, destaca-se a Pedagogia Histórico-Crítica, a qual, segundo Saviani (2019), encontra-se em contradição com a lógica da sociedade capitalista, uma vez que o conhecimento, nesse sistema, tende a ser apropriado de forma desigual e tratado como um privilégio restrito a determinados grupos sociais. Nessa perspectiva, a luta pela escola pública e socialmente referenciada coincide com a luta pela construção de uma sociedade mais justa, pois busca garantir a socialização do conhecimento produzido pela humanidade. Para o autor, o acesso ao saber sistematizado constitui uma

condição indispensável para que os sujeitos compreendam criticamente a realidade e atuem conscientemente em sua transformação.

Nesse panorama, uma educação comprometida com os interesses das classes trabalhadoras não se limita à adaptação dos indivíduos às condições existentes, mas orienta-se pela possibilidade de superação das contradições sociais que produzem desigualdades e processos de exclusão. Ao promover a apropriação crítica do conhecimento científico, filosófico e artístico, a escola amplia as condições para que os estudantes compreendam as relações de exploração e dominação presentes na sociedade, reconhecendo-se como sujeitos capazes de intervir na realidade. Assim, a educação assume um papel que ultrapassa a mera transmissão de conteúdo, constituindo-se como uma prática social voltada à formação humana integral e à construção de novas possibilidades de organização social (SAVIANI, 2019).

A superação das contradições não deve ser entendida como um processo imediato ou restrito ao espaço escolar. Entretanto, os professores podem contribuir significativamente para esse movimento ao possibilitar a compreensão crítica das condições materiais de existência e das contradições que estruturam a sociedade. Apesar da consciência sobre a opressão não ser o suficiente, ao revelar os mecanismos que produzem e reproduzem as desigualdades, a educação crítica fortalece a habilidade dos sujeitos de questionar a realidade e participar de processos coletivos de luta política (FREIRE, 1992). É nesse sentido que a Pedagogia Histórico-Crítica concebe a educação como uma prática mediadora entre o conhecimento produzido historicamente e a formação de indivíduos capazes de atuar na construção de uma sociedade menos desigual e mais democrática.

14

Considerando as questões levantadas, como pensar a garantia do direito de estudar e aprender significativamente no contexto da educação ribeirinha? Como pensar um projeto alternativo e para além do capital sem desprezar a conjectura das pessoas que vivem às margens dos rios, conectando o aprendizado formal à realidade local para promover a emancipação social?

Em consonância com o Mészáros (2005) acredita-se que o sistema capitalista é incorrigível, irreformável e instrumentaliza a educação para manter a dominação e o consenso social, garantindo a reprodução sociometabólica do capital e a educação ribeirinha não escapa desse processo que enseja a precarização da vida e da educação. Dessa forma, Mészáros (2005; 2002) observa que qualquer reforma educacional esbarra nos limites estruturais da ordem

capitalista e que as tentativas em conserta-lo (inclusive a educação) é inviabilizada por conta restrições importas pela estrutura socioeconômica.

Mas nem tudo está perdido. Há caminhos e alternativas para além do capital, o que enseja canalizar a práxis sociopolítica para construir uma alternativa emancipatória, o que pressupõem emancipar o ser humano, e, nas sendas de Mészáros (2005; 2002), é por meio do esforço que favoreça um trabalho coletivo dos sujeitos e sujeitas históricas, pautada na práxis revolucionária e que viabilize o desenvolvimento de faculdades criativas do trabalho e do conhecimento, dissociando-os da lógica do lucro e do controle corporativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar as condições materiais e as contradições que permeiam a educação ribeirinha à luz do Materialismo Histórico-Dialético. A partir dessa perspectiva, foi possível compreender que os desafios enfrentados pelas comunidades ribeirinhas ultrapassam o espaço escolar e estão vinculados a um conjunto mais amplo de determinações sociais, econômicas, políticas e culturais. Nesse contexto, evidenciaram-se contradições relacionadas à infraestrutura das escolas, ao acesso à saúde, ao saneamento básico, à internet, ao transporte escolar e às políticas públicas destinadas a essas populações, revelando as desigualdades que marcam seus territórios e influenciam diretamente os processos educativos.

15

A análise demonstrou que a educação ribeirinha se desenvolve em meio a tensões entre o reconhecimento formal de direitos e as limitações concretas para sua efetivação. Ao mesmo tempo em que a educação é concebida como um instrumento de inclusão social e desenvolvimento humano, persistem condições materiais que dificultam o acesso, a permanência e a qualidade da escolarização nessas comunidades. Tais contradições expressam não apenas problemas pontuais, mas elementos constitutivos de uma realidade social historicamente produzida e marcada por desigualdades estruturais.

Diante desse cenário, compreende-se que a superação dessas contradições demanda a transformação das condições objetivas que produzem e reproduzem as desigualdades vivenciadas pelas comunidades ribeirinhas. Nesse processo, a educação crítica assume papel relevante ao possibilitar a compreensão da realidade em suas múltiplas determinações e ao contribuir para a construção de alternativas voltadas à ampliação dos direitos sociais e à transformação das condições de vida das comunidades ribeirinhas. Assim, pensar a melhoria

das condições materiais e da educação nessas comunidades implica reconhecer que as mudanças necessárias são de caráter estrutural, envolvendo não apenas a ampliação do acesso a serviços públicos, mas também a promoção de uma organização social orientada pela justiça, pela igualdade e pela garantia da dignidade humana.

Destaca-se que as discussões desenvolvidas neste estudo não se esgotam nas análises aqui apresentadas. Como possibilidade para pesquisas futuras, sugere-se o aprofundamento das reflexões acerca das contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica para a educação ribeirinha, especialmente no que se refere à elaboração de propostas pedagógicas comprometidas com a socialização do conhecimento científico e com a formação crítica dos estudantes. Tais investigações poderão contribuir para o fortalecimento de práticas educativas que, para além da compreensão das contradições da realidade, apontem caminhos para sua transformação.

Por fim, ainda que as condições concretas de existência apontem para um cenário de desesperança e desespero, acredita-se no potencial educativo de uma pedagogia da esperança, pois, como destaca Freire (1992), a educação como um ato político é indispensável para viabilizar essa mudança. E toda mudança reside numa fagulha de esperança e elas podem incendiar pensamentos e alternativas emancipatórias.

AGRADECIMENTOS E FINANCIAMENTO

Agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento que contribuiu para o desenvolvimento deste estudo.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Francisco Brandão; CHAGAS, Eduardo Ferreira. O materialismo histórico-dialético e a crítica à ideologia promovida pela classe dominante. **Revista Dialectus - Revista de Filosofia**, [S. l.], v. 35, n. 35, p. 221-232, 2024. DOI: 10.30611/2024n35id94739. Disponível em: <https://periodicos.ufc.br/dialectus/article/view/94739>. Acesso em: 17 maio. 2026.

ANDERY, Maria Amália Pie Abib; SÉRIO, Tereza Maria de Azevedo Pires. A prática, a história e a construção do conhecimento: Karl Marx (1818-1883). In: ANDERY, Maria Amália Pie Abib *et al.* **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. São Paulo/Rio de Janeiro: EDUC, p. 395-420, 1996.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. **Educação & Sociedade**, v. 31, p. 1381-1416, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/WGyPfcRb7yFJPMfsj5pSxPx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2026.

AZEVEDO, Karynne Gonçalves do Nascimento *et al.* Doenças de veiculação hídrica em comunidades ribeirinhas: análise dos fatores de risco e estratégias de prevenção. In: **Encontro Científico UNDB: Comunidades Tradicionais: Desafios e Perspectivas**, 17., 2024, São Luís. *Anais do Encontro Científico UNDB*. São Luís: Centro Universitário UNDB, 2025. Disponível em: <https://static.even3.com/anais/1023205.pdf?v=639103318115841016>. Acesso em: 22 jul. 2026.

BATISTA, Lucas Mota; NEU, Vania. Olhares para o sanear: as percepções de ribeirinhos sobre uma experiência com tecnologias sociais na Amazônia Oriental. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 26, n. 1, 2024. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/7519>. Acesso em: 22 jul. 2026.

CLAUZET, Mariana. Conflitos socioambientais no médio Rio Negro: desafios e aprendizados para a garantia dos territórios pesqueiros ribeirinhos na Amazônia e resiliência dos modos de vida. In: BEGOSSI, Alpina (in memoriam); SILVANO, Renato Azevedo Matias (ed.). **Ribeirinhos do Rio Negro: passado e presente da interação com as águas e a floresta**. 1. ed. Piracicaba: FEALQ, p. 145-166, 2024.

FARIAS, Josemilson do Nascimento; SOUZA, Juliane Barbosa de. **Evasão escolar: mazela social que assombra a Escola São Benedito do Rio Ariboca, Município de Gurupá/PA**. Trabalho de conclusão de curso apresentado Universidade Federal Rural da Amazônia UFRA, 2023.

FARIAS JÚNIOR, Raimundo Sérgio de. **A precarização do trabalho e o adoecimento docente em instituições de ensino superior privadas/mercantis**. 2014. 267 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2014.

17

FERREIRA, Leliane da Costa; LOPES, Edinéia Tavares. Educação escolar ribeirinha e o currículo na Amazônia paraense: o discurso da diversidade e a urgência do amazonizar como verbo de ação. **Interfaces da Educação**, [S. l.], v. 16, n. 47, 2025. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/interfaces/article/view/9909>. Acesso em: 12 maio. 2026.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional*. In: FAZENDA, Ivani (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LADEIA, Carlos Rodrigues. **Uma análise da praxis nas publicações brasileiras sobre a formação do professor de 1ª a 4ª série nas décadas de 70 e 80**. Dissertação de Mestrado. Campinas: Faculdade de Educação, Unicamp, 1995.

LIMA, Maria de Nazaré Teles de. Educação Ribeirinha: Desafios e Perspectivas. **Revista Científica FESA**, [S. l.], v. 3, n. 18, p. 129-143, 2024. Disponível em: <https://revistafesa.com/index.php/fesa/article/view/453>. Acesso em: 4 maio. 2026.

LIRA, Talita de Melo; CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. **Interações (Campo Grande)**, v. 17, p. 66-76, 2016.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de Florestan Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1977. p. 23.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

NOGUEIRA, Emilly Victória Tavares *et al.* Os desafios da saúde pública em comunidades ribeirinhas no rio Arapiuns: um relato de experiência. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Biodiversidade e Inovação Tecnológica em Saúde**. Anais. Santarém (PA) UEPA, 2026. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/vcbbits-634008/1449215-os-desafios-da-saude-publica-em-comunidades-ribeirinhas-no-rio-arapiuns--um-relato-de-experiencia>. Acesso em: 29 jul. 2026.

OLIVEIRA, Damião Bezerra; ABREU, Waldir Ferreira de. Materialismo histórico e existencialismo: a totalidade e as particularidades na pesquisa dialética. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 26, n. 2, p. 195-215, abr./jun. 2019.

18

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. Concepção materialista histórico-dialética de Marx. In: OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno. **Filosofia da Educação**: reflexões e debates. 2e. Petrópolis-RJ: Vozes, p. 75-79, 2006.

POJO, Eliana Campos; ELIAS, Lina Gláucia Dantas; VILHENA, Maria de Nazaré. As águas e os ribeirinhos: beirando sua cultura e margeando seus saberes. **Margens: Revista Interdisciplinar**, Abaetetuba, v. 8, n. 11, p. 176-198, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/3249>. Acesso em: 15 jun. 2026.

SANTOS, Helen Marcele Carvalho dos *et al.* A população ribeirinha no ensino superior: quem são os estudantes ribeirinhos da UFPA? In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. **Anais do ENPESS 2024**. Brasília: ABEPSS, 2024. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/2024/oral/02207.pdf>. Acesso em: 18 maio 2026.

SANTOS, Jenijunio dos. **A formação de educadores e o território ribeirinho da Amazônia**: a Licenciatura em Educação do Campo na contra-hegemonia do capital. Editora Dialética, 2023.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica, quadragésimo ano**: novas aproximações. Campinas, SP: Autores Associados, 2019.